



REQUERIMENTO Nº _____/2013

(Do Senhor Zequinha Marinho)

Solicita a realização de
Audiência Pública para debater o IDH
dos Estados da Amazônia Legal.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do atr. 255, do regimento Interno, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada Audiência Pública, em data a ser agendada, para debater o IDH dos Estados da Amazônia Legal. Solicito que seja convidada a Sr^a Elisa Maria Pinto da Rocha, Diretora do Centro de Estudos de Pesquisa Aplicadas (CEPA) da Fundação João Pinheiro, fone: 31-3448.9722.

JUSTIFICAÇÃO

O **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** é um dado utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para analisar a qualidade de vida de uma determinada população. Os critérios utilizados para calcular o IDH são:

- **Grau de escolaridade:** média de anos de estudo da população adulta e expectativa de vida escolar, ou tempo que uma criança ficará matriculada;
- **Renda:** Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, baseada na paridade de poder de compra dos habitantes. Esse item tinha por base o PIB (Produto Interno Bruto) per capita, no entanto, a partir de 2010, ele foi substituído pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, que avalia praticamente os mesmos aspectos que o PIB, no entanto, a RNB também considera os recursos financeiros oriundos do exterior;



- **Nível de saúde:** baseia-se na expectativa de vida da população, reflete as condições de saúde e dos serviços de saneamento ambiental.

O Índice de Desenvolvimento Humano varia de 0 a 1, quanto mais se aproxima de 1, maior o IDH de um local.

De acordo com dados divulgados em novembro de 2010 pela ONU, o Brasil apresenta IDH de 0,699, valor considerado alto, e atualmente ocupa o 73º lugar no ranking mundial. A cada ano o país tem conseguido elevar o seu IDH, fatores como aumento da expectativa de vida da população e taxa de alfabetização estão diretamente associados a esse progresso.

No entanto, existem grandes disparidades sociais e econômicas no Brasil. As diferenças socioeconômicas entre os estados brasileiros são tão grandes que o país apresenta realidades distintas em seu território, o que torna irônica classificar o país com alto Índice de Desenvolvimento Humano.

Analisando o ranking, as diferenças socioeconômicas no país ficam evidentes, sendo as regiões Sul e Sudeste as que possuem melhores Índices de Desenvolvimento Humano, enquanto o Nordeste possui as piores posições. Nesse sentido, torna-se necessária a realização de políticas públicas para minimizar as diferenças sociais existentes na nação brasileira.

A Audiência aqui solicitada irá debater o caso da Amazônia Legal (AML) que é constituída por nove estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Roraima e parcialmente pelo estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44º GRw), que ocupam 60% do território brasileiro e mais de 700 municípios. Abriga 12% da população do país, média de mais 24 milhões de habitantes, mas participa tão somente com 5,3% do PIB nacional.

Amazônia Legal: Indicadores Sócio-Econômicos

A AML não é um espaço homogêneo. Os estados que a compõem possuem características bastante diferenciadas, tanto do ponto de vista dos padrões de



crescimento econômico, das potencialidades de seus recursos naturais, quanto das características sociais e culturais.

Segundo o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD/1996) - há duas Amazôniaas - um na faixa do desenvolvimento médio com IDH (índice de desenvolvimento humano) na faixa de $0,7 < \text{IDH} < 0,8$, que compreende os estados (MT, RO, AM, RR, e AP) e outra na faixa inferior a 0,7 (PA, AC, TO e MA).

Constatamos que estados como o Amapá e Roraima apresentam um dos melhores níveis de escolaridade e IDH da região, embora sejam os que apresentam menores PIBs da AML, em termos absolutos. Por outro lado, o Pará, que possui o maior PIB da AML e a maior participação no PIB nacional, apresenta indicadores bem mais modestos, superando apenas os estados do Acre e Maranhão. Certamente, os gastos sociais têm um peso significativo na determinação desses indicadores. De fato, enquanto os gastos em educação e saneamento representam 20,2% e 21,1% do PIB de Roraima, no Pará esses mesmos gastos representam 3,6% e 5,3%, respectivamente.

O objetivo da audiência é promover a igualdade, principalmente em regiões de difícil acesso.

Sala da Comissão, em 04 de setembro de 2013.

Deputado Zequinha Marinho